

Sindispge

Sindicato dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado do RS

SERVIDORES DA PGE APROVAM LUTA CONJUNTA COM DEMAIS CATEGORIAS



Na tarde de 17/10, os servidores da PGE reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no auditório do AFOCFE SINDICATO, tendo como pauta o enfrentamento da Reforma Estrutural que está sendo proposta pelo Governo do Estado.

A AGE iniciou com a fala de três presidentes de entidades parceiras, que foram convidados para dar as suas visões sobre o pacote do Governo, e como enfrentá-lo. Fizeram o uso da palavra os presidentes Guilherme Campos, do AFOCFE (que representa os técnicos da SEFAZ); Sérgio Arnoud, da FESSERGS (a Federação que representa todos os servidores civis do Estado); e Nelcir André Varnier, do SINTERGS (que representa o quadro dos Analistas de Nível Superior do Estado – antigo quadro “técnico-científico”).

Em um segundo momento, a Diretoria fez uma explanação sobre os pontos da proposta de Reforma Estrutural que mais afetam os servidores da PGE. Esta exposição foi feita com base na cartilha que foi disponibilizada pelo Governo às entidades sindicais.

Ao final houve deliberação da categoria no sentido de referendar a linha que vem sendo adotada pelo Sindicato, de atuação conjunta do SINDISPGE com o MUS (Movimento Unificado dos Servidores), com a possibilidade de atuação em outras frentes ou com outras entidades classistas que também pretendam combater o pacote do Governo, buscando sempre a unidade com todas as categorias. Por fim, houve uma segunda deliberação, no sentido de garantir o comprometimento dos servidores da PGE na participação dos atos públicos que objetivem barrar a proposta do Governo.





SINDISPGE TEM ATUAÇÃO INTENSA CONTRA A REFORMA DO GOVERNO



Apresentação do Governador, dia 09/10

Desde o início do mês de outubro, quando o Governo do Estado anunciou a intenção de encaminhar à ALERGS um pacote de projetos prevendo a retirada de direitos dos servidores, o Sindicato tem atuado de forma permanente nesta questão, que é a nossa prioridade neste momento.



Reunião do MUS na ALERGS, dia 09/10



Reunião do MUS no Afocefe, dia 11/10

Foram realizados diversos estudos, reuniões formais e informais com outras entidades representativas (inclusive em final de semana), visitas às unidades da PGE em Porto Alegre, além da realização da Assembleia Geral noticiada na primeira página deste informativo. O SINDISPGE também participou da apresentação feita pelo Governador à FESSERGS, que estendeu o seu convite às demais entidades integrantes do MUS (Movimento Unificado dos Servidores), para que estas também pudessem ouvir diretamente do Governador as suas intenções.



Reunião técnica no Afocefe, dia 14/10



Coletiva de imprensa, dia 17/10



Reunião das entidades com o Chefe da Casa Civil e o Procurador-Geral do Estado, dia 21/10



Reunião do MUS no Sintergs, dia 24/10

Nos próximos meses o Sindicato continuará atuando fortemente contra esta “Reforma Estrutural do Estado”, cujo conteúdo formal ainda não havia chegado à Assembleia Legislativa até o fechamento desta edição, no dia 01/11. Todavia, independente do momento do protocolo dos projetos, já está sendo construída uma grande mobilização unitária no dia 14/11, para a qual os servidores da PGE serão convocados.



Reunião do MUS no Sintergs, dia 30/10



Panfleto elaborado pelo MUS

GOVERNADOR APRESENTANDO SUAS POPOSTAS DE REFORMA ADMINISTRATIVA

IPE SAÚDE PÚBLICO
PREVIDÊNCIA
TRIÊNIOS
ADICIONAIS
LIBERDADE POR TEMPO SINDICAL

LIXO



COM O SEU SINDICATO FORTE, QUEM GANHA É VOCÊ. **FILIE-SE AO SINDISPGE!**

Para saber mais detalhes acesse www.sindispge.org.br ou envie um e-mail para sindispge@sindispge.org.br



GT DO TELETRABALHO É INSTALADO

Ocorreu no dia 25/10 a primeira reunião do Grupo de Trabalho formado pela Administração da PGE e pelo SINDISPGE para estudar o sistema de Teletrabalho e propor um projeto piloto para os servidores no âmbito da PGE.

A reunião se iniciou com a apresentação dos participantes. Pela Administração participaram os seguintes integrantes do GT: Dra. Paula Ferreira Krieger (PGA-AA), Dra. Diana Paula Sana (PGA-AI), Ana Paula Pilatti (Analista Jurídica), Larissa Silva Breitenbach (Gerente de Projetos), Rubens Tagliani Lopez (Analista Contador) e Marélen Kellen Soares Lopes (Secretária do GT). Por parte do SINDISPGE estavam presentes Fernanda Adriane Heck Loch (Técnica Administrativa), Jaqueline Poletto Cemin (Analista Contadora) e Patrícia Cechinato (Analista Jurídica).

O tema ganha força a partir da "Reforma Estrutural do Estado", proposta recentemente pelo Governo do Estado ao prever as diretrizes gerais para a implementação desta modalidade de trabalho no âmbito do Estado. Entre as diretrizes que o projeto piloto deve abranger estão a qualidade do trabalho, o bem estar e a valorização do servidor.

Algumas questões envolvendo o projeto piloto dos procuradores foram relatadas pela Dra. Diana, a qual informou já ter sido amplamente debatida e que está aguardando o momento político adequado para o seu devido andamento. O grande objetivo é reconduzir procuradores afastados à atividade neste formato. A minuta que regulamenta a implementação para os procuradores já está pronta, e a ideia do Gabinete é fazer uma experiência semelhante com os servidores.

Os representantes do SINDISPGE noticiaram a elaboração de um quadro comparativo de normativas de teletrabalho em órgãos públicos com regime estatutário, que está sendo produzido pela Comissão de Apoio. Este quadro será melhor analisado nas próximas reuniões do GT, que ocorrerão semanalmente até o final deste ano. Entre os exemplos debatidos, o Gabinete sinalizou preferência pelo modelo da AGU. Foram abordadas, ainda, questões técnicas e de infraestrutura, e o custo individual do acesso à rede via tunelamento (aproximadamente R\$ 35,00).

O desafio será grande, especialmente na identificação das funções que poderão ser exercidas à distância, bem como a forma de mensurar esse trabalho para fins de cômputo de produção, mas todos os integrantes estão engajados em fazer essa pauta se tornar realidade com a máxima brevidade.

Por fim, cabe lembrar que essa modalidade de trabalho nunca será imposta a nenhum servidor, sendo apenas uma opção, sempre no interesse do servidor e da Administração.





SALÁRIOS CONTINUAM SENDO PAGOS COM ATRASO

Lamentavelmente, o Governo do Estado continua adotando a política de atraso/parcelamento dos salários, prática que este Sindicato repudia com veemência, especialmente pelo fato da situação se agravar cada vez mais, só havendo perspectivas de piora desta situação.

De qualquer forma, a fim de auxiliar na organização financeira dos colegas, passaremos a reproduzir neste informativo o calendário de pagamento divulgado pelo Governo, conforme as imagens ao abaixo. Salientamos que este mesmo calendário também é divulgado via Whatsapp no “SINDISPGE-INFORMAÇÃO”.

// SERVIDORES DO EXECUTIVO //
CALENDÁRIO DA FOLHA SETEMBRO 2019 (atualizado em 30/10/19)

GRUPO	Quem ganha até	Previsão de pagamento	Total de vínculos pagos	% de vínculos quitados acumulado
Grupo 1	R\$ 2.500 líquidos	15/10 ✓	184.908	54%

PARCELA	Valor	Previsão de pagamento	Total de vínculos pagos	Acumulado
Início do pagamento por PARCELAS (para os servidores que recebem acima de R\$ 2,5 mil)				
Parcela 1	R\$ 1.000	16/10 ✓		
Parcela 2	R\$ 1.050	31/10		
Parcela 3	R\$ 7.300	12/11		
Acumulado	Quita até R\$ 9.350		323.447	94%
Parcela 4	SALDO	13/11	341.298	100%

PAGAMENTO 13º SALÁRIO/2018				
10ª Parcela	R\$ 125 milhões	31/10		

// SERVIDORES DO EXECUTIVO //
CALENDÁRIO DA FOLHA OUTUBRO 2019

GRUPO	Quem ganha até	Previsão de pagamento	Total de vínculos pagos	% de vínculos quitados acumulado
Grupo 1	R\$ 1.700 líquidos	14/11	119.871	35%

PARCELA	Valor	Previsão de pagamento	Total de vínculos pagos	Acumulado
Início do pagamento por PARCELAS (para os servidores que recebem acima de R\$ 1,7 mil)				
Parcela 1	R\$ 700	20/11		
Parcela 2	R\$ 1.000	10/12		
Parcela 3	R\$ 800	11/12		
Acumulado	Quita até R\$ 2.500		184.137	54%
Parcela 4	R\$ 1.100	12/12		
Acumulado	Quita até R\$ 3.600		228.494	67%
Parcela 5	SALDO	13/12	340.889	100%

PAGAMENTO 13º SALÁRIO/2018				
10ª Parcela	R\$ 125 milhões	31/10 ✓		

SINDISPGE INFORMAÇÃO (CANAL NO WHATSAPP)

Em janeiro deste ano foi criado o canal oficial “SINDISPGE-INFORMAÇÃO”, um grupo de Whatsapp restrito aos filiados, que consiste numa opção adicional para os colegas receberem o conteúdo que o Sindicato envia por e-mail, além de outras notícias e informações de interesse direto dos servidores.

Neste grupo, somente o Sindicato faz postagens (ou seja, é um grupo de informação, e não de discussão), respeitando o seu caráter informativo.

Para participar dele, basta enviar uma mensagem para o número (51) 99856-0406, informando seu nome completo e ID.





TRAMITAÇÃO DO RDI 58/2019 AVANÇA NA CCJ DA ALERGS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA					
VOTAÇÃO ENCERRADA					
RDI 58/2019 PARECER - EDSON BRUM					
<i>Requer, com base no art. 226 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a sustação da Resolução nº 151, de 4 de abril de 2019, da Procuradoria-Ge(...)</i>					
Relator: Elton Weber Parecer: Favorável					
MDB	Gabriel Souza	NÃO	PDT	Juliana Brizola	NÃO
PP	Frederico Antunes	SIM	MDB	Edson Brum	SIM
PSB	Elton Weber	SIM	PSL	Tenente Coronel Zucco	SIM
PT	Luiz Fernando Mainardi	SIM	PTB	Elizandro Sabino	SIM
REPUBLICANOS	Fran Somensi	SIM	PP	Sérgio Turra	SIM
PT	Pepe Vargas	SIM			
9 voto(s)		2 voto(s)		11 votos registrados	

Em quatro das cinco sessões realizadas no mês de outubro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado, foi objeto da pauta da sessão o Requerimento Diverso (RDI) 58/2019, de autoria do deputado Edson Brum (MDB) e outros 41 parlamentares, que visa a sustação da Resolução 151/19 da PGE (que trata do pagamento de prêmio de produtividade aos servidores e honorários aos procuradores). O SINDISPGE compareceu em todas as quatro sessões, que são realizadas sempre nas manhãs das terças-feiras.

Na sessão do dia 01/10, o deputado Luiz Fernando Mainardi (PT) apresentou o seu parecer favorável à tramitação do RDI. Porém, o parecer não chegou a ser votado naquele dia, em razão de um pedido de vista do deputado Tenente-Coronel Zucco (PSL). Assim, o parecer só foi votado na semana seguinte, dia 08/10, e o placar foi de seis votos favoráveis e cinco votos contrários à admissibilidade do RDI. Todavia, em razão de não ter sido atingida a maioria absoluta (sete votos), a matéria foi redistribuída para novo parecer de admissibilidade, sendo sorteado para relatar a matéria o deputado Elton Weber (PSB).

Na sessão seguinte (15/10) a matéria não foi pautada na CCJ, pois o deputado ainda não havia elaborado o seu parecer, que só foi lido na sessão seguinte (22/10), mas também não foi votado neste dia, em razão de um pedido de vista do deputado Viana (PSDB).

Assim, a matéria só teve uma votação conclusiva no dia 29/10, quando o parecer foi aprovado por nove votos a dois. Esta aprovação só foi possível em razão da mudança de posição de três deputados da base governista, que vinham defendendo a legalidade do ato da PGE, mas mudaram os seus entendimentos. São eles os deputados Frederico Antunes (PP), Fran Somensi (Republicanos) e Elizandro Sabino (PTB). Os deputados Gabriel Souza (MDB) e Juliana Brizola (PDT) seguiram firmes defendendo a normativa da PGE, e o deputado Viana (PSDB) não compareceu à votação.

A partir deste resultado, o RDI seguirá sua tramitação, conforme o Regimento Interno da ALERGS. A próxima etapa será o envio de um ofício, do Presidente da ALERGS ao Governador, para que este tenha a oportunidade de se manifestar sobre a decisão, no prazo de dez dias. A partir daí, será sorteado um novo relator na CCJ, que elaborará um novo parecer, desta vez sobre o mérito da questão. Se a Comissão deliberar pela procedência do RDI, encaminhará à Mesa da ALERGS um PDL (Projeto de Decreto Legislativo), sustando o ato da PGE. Se a deliberação for pela legalidade do ato da PGE, a CCJ proporá à Mesa o arquivamento da proposta de sustação.

Assim, a Resolução nº 151/19 da PGE continua em vigor, até que o RDI conclua a sua tramitação, com a possível votação em plenário. O SINDISPGE continuará acompanhando a tramitação do RDI nos próximos meses.





REGISTROS



- No dia 04/10, a diretora Sabrina Oliveira Fernandes visitou a 14ª PR, localizada em Uruguaiana, onde pode ouvir as demandas dos colegas e falar sobre a situação das principais pautas da categoria.



- No dia 04/10, nos turnos da manhã e tarde, o diretor Daniel Franco Martins participou do Curso de Formação em Gestão Sindical, promovido pela CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), realizado na sede da FETICOM, em Porto Alegre.



- No dia 15/10 o diretor Daniel Franco Martins participou do evento "Inteligência Artificial no Serviço Público", que teve o Dr. Eduardo Cunha da Costa como um dos painelistas.



- No dia 29/10 a diretora Patrícia Cechinato participou do evento promovido pela PGE, com apoio do IMAMA, realizada no Auditório da PGE/PIDAP, alusivo ao Outubro Rosa.



- No dia 31/10 os diretores Sabrina Oliveira Fernandes, Fernanda Adriane Heck Loch e Daniel Franco Martins, e a conselheira Renata Nitzke, participaram da reunião ordinária, que ocorre mensalmente com a PGA-AA, Dra. Paula Ferreira Krieger. Por aproximadamente 20 minutos também participou do encontro o Procurador-Geral do Estado, Dr. Eduardo Cunha da Costa. O relato do que foi tratado na reunião será enviado por e-mail aos filiados na próxima segunda-feira, dia 04/11.

